



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 47ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 13 de julho de 2015, com início às nove horas e trinta e oito minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Professor Paulino, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, Pedro Martendal, Rui Capelão e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ofício nº 12/2015 do gabinete do vereador Vanderlei Augusto da Silva, informando ausência na presente sessão. Ofício gabinete nº 265/2015 do Executivo Municipal, referente retirada de pauta da votação do anteprojeto de lei nº 40/2015. Ofício nº 127/2015 do gabinete do vereador Fernando Winter, informando ausência na presente sessão. Ofício nº 63/2015 do gabinete do vereador Jorge Bocasanta, informando ausência na presente sessão. Ofício gabinete nº 20/2015 do vereador Aldonir Cabral, informando ausência na presente sessão. Emenda modificativa nº 1 ao Projeto de lei nº 65/2015. Emenda modificativa nº 1 ao Projeto de lei nº 79/2015. Emenda modificativa nº 1 ao Projeto de lei nº 78/2015. Ofício de gabinete nº 261/2015 do Executivo Municipal, requer a inclusão de forma urgente na pauta de votações, do anteprojeto de lei que dispõe sobre a forma de amortização do déficit técnico atuarial do IPMC. Projeto de lei nº 81/2015. Parecer nº 54 contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento a Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 54/2015. Parecer nº 130 contrário da Comissão de Justiça e Redação a emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 54/2015. Parecer nº 53 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 69/2015. Parecer nº 125 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 69/2015. Parecer nº 136 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 80/2015. Parecer nº 55 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 79/2015. Parecer nº 135 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 79/2015. Parecer nº 56 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 78/2015. Parecer nº 134 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 78/2015. Parecer nº 133 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 77/2015. Parecer nº 57 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 77/2015. Parecer nº 9 favorável da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente ao Projeto de lei nº 76/2015. Parecer nº 58 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 76/2015. Parecer nº 132 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 76/2015. Parecer nº 9 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de lei nº 76/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 194/2015, em resposta ao requerimento nº 260/2015 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Ofício nº 1488/2015 do Tribunal de Justiça, em resposta ao requerimento nº 227/2015. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores:



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

João Paulo de Lima, Luiz Amélio Burgarelli, Jorge Menegatti, Cláudio Gaitero, Nei H. Haveroth e Professor Paulino. – Presidente: Finda está a matéria de expediente.

INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA: - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA** –

Presidente: Em primeira votação e discussão o Projeto de lei nº 77/2015, que altera o valor da cesta básica previsto no artigo 1º da Lei Municipal nº 5.793, de 24 de maio de 2011, de autoria do Executivo Municipal; em discussão o projeto. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei nº 77/2015 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes.

Em primeira discussão o Projeto de lei nº 78/2015, que dispõe sobre o reajuste no vencimento dos servidores públicos municipais do Poder Executivo de Cascavel, a título de revisão geral anual e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: É um momento difícil de decisão que temos que tomar. Saber interpretar um projeto, já negociado por um sindicato e não conseguindo negociação com outro sindicato, tendo em vista que temos dois sindicatos dentro do município. Temos que nos posicionar dentro dos princípios, de nossa importância dentro dessa Casa. As nossas obrigações, principalmente neste momento,

pra com o servidor público e entendo que o município neste momento está se espelhando no Estado, pra dar determinados aumentos aos nossos servidores públicos, o que não devia acontecer. As questões financeiras do Estado e Município são bem diferentes. Não vejo o Município em uma situação como o Estado costuma colocar, de suas dificuldades financeiras. Sabemos que essas dificuldades financeiras do Estado foram através de investimentos que fez e até, muitas vezes, pensando em campanha política. Fez investimentos, talvez indevidos pra que o Estado chegasse no patamar que chegou, neste orçamento. Mas o município, eu entendo que a questão é bem diferente e que, poderia ser tratado nosso servidor de maneira também, diferente. Temos visto que aumentou os impostos do município em 26, 27% do IPTU, que é uma das fontes básicas do município. 40% do IPVA, onde a metade do IPVA vem pra o município, então vem com esse aumento de 40% na arrecadação e outras taxas que foram aumentadas, neste começo de ano. Então acredito que o Município não está desprovido de um caixa, capaz de dar o mínimo que é necessário a nosso servidor público e aos nossos professores; portanto vamos trabalhar neste sentido até amanhã, buscando as emendas necessárias. Lutando com os demais companheiros pra que o nosso funcionalismo público não saia daqui prejudicado, e com um projeto de iniciativa do Estado, que está sendo copiado pra parcelar o reajuste dos nossos munícipes. Vejo que existem questões, por exemplo, do abono salarial que deveria ser colocado. Junto, o salário do professor, que está sendo pago como reajuste e isso poderá trazer e vai trazer com certeza, um prejuízo grande ao pessoal da área de educação. Estamos atentos pra tentar corrigir e fazer com que o prefeito municipal, o Poder Executivo e esta Casa entendam que, precisamos realmente dar a César o que é César e a Deus o que é de Deus. Não estamos neste momento em cima desse projeto, dando aquilo que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

realmente as pessoas merecem e, possuem seu direito; essa é minha colocação. Da forma como está o projeto eu não sou favorável, porque acho que essas alterações precisam existir. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Possamos fazer uma boa reflexão e corrigir quem sabe, o rumo das propostas que temos aqui; de modo especial desse projeto de reposição das perdas salariais. Temos as categorias dos funcionários e professores e o mínimo que nós exigimos, deveríamos estar cobrando acho que, todos, é que pudéssemos estar votando 8,17% hoje não, em maio. Infelizmente, por contenção do município sabemos do debate que os dois sindicatos têm feito e chegamos aí, com a mesma proposta. Lamento que não tenhamos avançado em nenhum ponto, em relação à proposição inicial. Temos aí pra os servidores do quadro geral, entendemos que temos que pelo menos, fazer retroativo ao mês de maio, que foi a data base. Pra isso teremos as emendas, parceria nessas emendas com os vereadores que, se propõe a pagar o retroativo, se propõe, porque nós não fazemos, quem faz é o Executivo. E temos aí, em relação ao magistério que não concordamos com o termo abono. Embora eu tenha conversado com o líder do governo vereador Cláudio Gaitero e mostrado que o artigo 6º do Projeto de lei diz que: o abono neste caso deve incidir sobre as aposentadorias, enfim, ela incide sobre essa... e se porventura alguém se afastar ela incidiria, também. Mas o abono achata o salário, não incide sobre a carreira, sobre os índices e por isso vamos apresentar uma emenda subscrita por 3 vereadores: por mim, vereador Rui Capelão e também vereador João Paulo de Lima. Gostaríamos se outros vereadores quiserem assinar também, seria bem bacana que pudéssemos apresentar com mais força. Essa emenda corrige a tabela que diz que nós queremos vencimento sobre o piso, de recuperação do piso para o magistério, porque a lei é bem clara onde diz: temos o piso nacional que deve incidir sobre a tabela de vencimentos sob pena de que amanhã ou depois estaremos no mínimo e, que o piso mínimo passe a ser teto; ele não tem subsídio, não incide sobre a tabela. Não incidir sobre a tabela significa que o professor que está começando hoje, vai começar e, estará recebendo o salário. O professor com 25, 30 anos também estará recebendo o mesmo subsídio. Temos que valorizar o trabalho do magistério, a lei diz: os municípios, onde não houver condições de pagar o mínimo é para que o município se pronuncie e faça uma justificativa e peça aporte então, ao governo federal, ao MEC que se obriga por lei a repor aqueles municípios, onde não há condições. Em 12 municípios, onde nós da APP temos trabalhado nenhum dos municípios aqui da região precisou fazer isso, o aporte pra cumprir esse mínimo. Isto só se explicaria pra o nordeste, onde os municípios não têm condições mínimas. Portanto, apresentamos esse projeto e esperamos ser acolhido pelos senhores vereadores. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. – Vereador João Paulo de Lima: Gostaria de referendar e dizer ao Professor Paulino que estou assinando com ele. Pra amanhã, já assinei sobre a questão do abono, mas vale a pena lembrar que o governo federal peca muito no sentido de ajudar o município de Cascavel com recursos, porque sabemos que somente Cascavel



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tomando conta de todos esses servidores, são mais de 7.000 servidores e, sozinho não consegue dar conta do recado. Então gostaria que o senhor, que também é líder da bancada do PT aqui nesta Casa, que pudesse nos ajudar pra que o governo possa auxiliar mais a cidade de Cascavel com tantos servidores que merecem não só os 6%, mas conforme o combinado. Inclusive no final do ano passado essa Casa, o presidente que aqui tomava conta, convocou a sessão extraordinária pra nós vereadores votarmos o plano de cargos, carreiras e salários dos professores. Infelizmente, depois do plano de cargos, carreiras e salários dos professores vira abono. Nós não podemos também, ficar empurrando esse reajuste de 6% que tanto na saúde e educação precisaria melhorar mais; tanto nos outros setores que o município mantém, mas sabemos também, desses limites prudenciais que todo mundo fica preocupado. Se foi colocado aqui, o plano de cargos, carreiras e salários dos professores pra votarmos, inclusive uma sessão extraordinária, porque era necessário que os professores, funcionários, servidores se enquadrassem e agora, está mudando pra abono salarial. Outro detalhe que falam é que desde fevereiro, houve uma greve dos servidores da saúde e até agora não foi se posicionado no sentido de que pelo menos se adote uma política pública, no sentido desses servidores que estão lutando por esse direito. Não estamos falando em nome dos sindicatos, mas dizer que representamos todas as categorias, ou seja, os servidores públicos municipais. Gostaria que esse projeto pudesse ser deliberado, votado hoje e amanhã para que possamos encaminhar ao Poder Executivo esse valor que é mínimo, mas que os servidores juntamente com os sindicatos tenham essa autonomia e levem até o Poder Judiciário, pra que constate inclusive a questão retroativa dos meses de maio e junho e que continuem essa luta, porque essa luta não pode ser só da categoria, mas da cidade de Cascavel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: Essa emenda que estaremos apresentando não é fruto desse vereador, é fruto do debate com os servidores, professores. O Siprovel nos ajudou a construir essa emenda; então não é desse vereador. – Vereador João Paulo de Lima: Encerro e agradeço. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. - Vereador Jorge Menegatti: Eu sei que esse aumento não é o correto e o justo. Falei na última vez que esse projeto veio pra sessão, que o mínimo seria repor a inflação. Diante do embate que se deu do sindicato com o prefeito municipal, conhecendo o prefeito sei que ele não vai ceder; então vejo que a melhor saída é aprovar o 6% e defender isso, judicialmente. Infelizmente, é isso que vejo e acho. Na última vez falei que o mínimo seria os 8,17, oito alguma coisa... mas infelizmente, tenho que votar pelos 6%, porque não tem outra alternativa. Votarei com... Professor Paulino, provavelmente, sei que o senhor fez uma emenda junto com o vereador Pedro Martendal, não vi a emenda ainda, mas provavelmente votarei a favor da emenda dos senhores. Não tenho ainda em mãos pra justificar, pra que a justiça seja feita. Tem coisa que a gente vota na marra, contra a nossa opinião, mas votamos. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Gostaria de justificar meu voto. Fui servidor municipal por 6 anos, sou servidor público por outra esfera e gostaria de estar



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

com vocês em todos os momentos. Estou com vocês, tanto que o INSS hoje está em greve por melhores condições de trabalho e reposição salarial. Lá nem a reposição tem sido dada e os professores estão em greve. O que a gente ouviu nos últimos meses, infelizmente, a situação política do país, infelizmente envolve a economia também e não é nada boa. E a perspectiva a curto e médio prazo não é boa. Feliz aquele que no dia 1º, 30, mesmo que não esperado tem seu salário na conta. Há uma grande incerteza na comercial, privada, se você vai continuar com seu emprego. Muitas empresas estão demitindo o funcionário. O servidor público tem pelo menos essa garantia. Vocês veem que mesmo a nível de sindicato, as pessoas não se entendem quanto mais quando se trata de um universo de 7.000 pessoas. Entendo eu também como servidor público e agente público hoje aqui, que numa época difícil cortamos algumas conquistas e regalias pessoais. Deixamos de comprar alguma coisa no crédito, eu faço isso, estou fazendo isso. Aquele carro que tinha planejado não vai sair agora. Aquele compra, talvez, fica pra depois. Isso faz parte de uma época difícil. Temos um contexto no país e temos que ter o pé no chão. Se fosse pra fazermos tudo que nossa consciência manda, não precisava de gerente, prefeito. Vejo nele um administrador austero e respeito à posição de todos vocês. Justifico meu voto pela minha consciência. Prefiro que seja 6 do que fique mais 1, 2 ou 3 meses sem reajuste. Acho que é melhor, no jargão popular, é melhor pingue do que seque e quando a gente não se entende, sobra à esfera judicial pra resolver as pendências. Voto pelo aumento de 6 e o resto vamos decidir depois, se precisar, na Justiça. Assim vou votar hoje e amanhã, também. Muito obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Gostaria de lembrar que sempre que existe qualquer comentário sobre recessão, a primeira coisa que pensam é achatar salário. Não vejo porque achatar salário, porque existe uma certa recessão; temos que manter salário; podemos ter uma circulação maior da moeda. Temos que olhar porque a questão de abono salarial, só vi isso onde a inflação era de 60, 40%... aí tinha abono salarial pra repor salário no meio do mês; então não vejo no momento, que seja de recessão pra se dar abono salarial. Acho que têm coisas aqui que não estão ajustadas de acordo com os interesses dos trabalhadores e da realidade econômica do município. Obrigado. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Há mais ou menos 15 dias A Folha de São Paulo publicou uma reportagem onde 38 a 40% dos professores, tanto em São Paulo como em Minas, devido à dificuldade que passa o setor, a área profissional, esses profissionais, professores têm outra função fora da atividade pra tentar equilibrar. Não fui eu que publiquei, vocês podem não concordar. Eu também gostaria, na área profissional médica também não ganho o que eu gostaria, acho que precisaria de mais e faço 2, 3 empregos pra completar minha renda, não queria isso pra vocês. Só estou dizendo que isso é uma constatação. Não vim criticar, só disse que é uma realidade e respeito a todos. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. - Vereador Cláudio Gaitero: Escutava atentamente todas as falas e cheguei a seguinte conclusão: qual a importância desse momento? O que é importante pra nós, neste momento. Nós, vereadores, na maioria, recebemos durante esse último mês diversos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

servidores, alguns abaixo assinados de diretores de colégio pedindo pra que se fosse colocado urgentemente à aprovação desse projeto. Estamos diante de quase 8.000 funcionários, então a importância desse momento é isso e aquilo que alguns colegas falaram aqui: votamos os 6%, conseguiremos quem sabe na Justiça a diferença, mas neste momento a grande importância é justamente votarmos o projeto e aprovarmos do jeito que está; porque quase 8.000 servidores estão clamando justamente por este momento. Peço voto favorável. Obrigado. – Presidente: Proceda votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Pedro Martendal, Ganso Sem Limite, Cláudio Gaitero, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, e Professor Paulino). (Foi contrário o vereador: Rui Capelão) – Secretário: Com 14 votos favoráveis e 1 contrário, Projeto de lei aprovado em primeira votação, senhor presidente. – Presidente: Com 14 votos favoráveis e 1 contrário, Projeto de lei nº 78/2015, aprovado em primeira votação. O Projeto de lei nº 40/2015 que estava na pauta, foi retirado a pedido do Executivo Municipal, então passamos pra primeira discussão e votação do Projeto de lei nº 54/2015, que autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar imóvel público e alienar nos termos da Lei Federal 8.666/93 e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo Municipal. Em discussão o projeto. - Vereador João Paulo de Lima: O nº 54, inclusive foi a pedido desse vereador à retirada na última sessão, pois o mesmo não tinha as avaliações corretas. Gostaria de saber se o governo pode pedir a retirada novamente, porque votar não temos como votar, neste projeto. Porque, infelizmente não veio nenhuma das alterações, conforme foi solicitado; então dessa forma gostaria de pedir a retirada, mas que venha pra essa Casa e venha dentro da legalidade. Então peço a retirada, neste momento. – Presidente: A retirada ou adiamento só é possível, quando formulada pelo autor do projeto ou quando o projeto é do Executivo Municipal pelo líder do governo. Então, com a palavra o líder do governo vereador Cláudio Gaitero. - Vereador Cláudio Gaitero: O projeto nº 54 foi pedido vistas e passou nesta Casa, fazemos justamente uso desse pedido de vistas, pra podermos nos inteirar então da situação deste projeto. Gostaria de pedir à técnica que colocasse a justificativa, onde consta no artigo 25, da Lei 8.666, a técnica está ouvindo? No artigo 25, da Lei 8.666 fala assim: é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição. Quando existe inviabilidade de competição em alguma compra, alguma venda junto ao município, então aplica-se esse artigo nº 25, dessa lei. O que está inviável neste momento, vereador João Paulo de Lima? A metragem dos terrenos que estão em jogo neste projeto, não da matrícula devido ao Plano Diretor, que ele exige 360 metros quadrados pra fazer a matrícula neste projeto. Também esses imóveis não podem ser vendidos pra outro, porque justamente encrava os terrenos onde podemos ver ali; onde os terrenos são todos eles tirinhas na frente dos terrenos já existentes, onde os moradores hoje residem lá, no caso. Para que seja feito esse desencrave desses imóveis, surge a necessidade de servidão. O município tem que ir lá no local, fazer uma abertura de no mínimo 5 metros, pra poder entrar no terreno de trás, pra poder



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

liberar ali na frente; então são dois motivos muito graves e que não é possível cumprir. E então, temos o amparo desse artigo 25, da Lei 8.666. Dizer também que, 100% dos moradores desse local usam esse terreno, por um motivo ou por outro. Pra isso precisamos fazer a justificativa, em cima desse artigo 25. Lembrando também que, nessa Casa, os vereadores aprovaram por unanimidade ano passado o anteprojeto de lei nº 1, do Executivo, da mesma situação dessa aqui, que foi na Rua Rio Grande do sul, onde a justificativa que veio aqui pra essa Casa de Lei na época, o Executivo justamente o seguinte: assim, diante do fato que hoje alguns proprietários lindeiros, já utilizam essas áreas sem nenhum ônus, ou seja, o município está bancando esse terreno, necessário se faz esse projeto de lei na regularização e posterior, alienação dos lotes com pagamento em pecúnia ou oferecimento de outras áreas em substituição. O valor da avaliação também, leva em conta que os lotes a serem criados não possuem área mínima exigida pela lei de zoneamento do município, qual seja de 360 metros quadrados e serve única e exclusivamente, pra serem anexados aos lotes lindeiros; pois a venda a outros interessados provocaria o enclausuramento de lotes inteiros particulares. Diante ao exposto necessário se faz que seja procedida, então a regularização desses imóveis. Ano passado, aprovamos a mesma situação; onde consta aqui o mapa dos lotes, onde aparece justamente uma tirinha na frente de 12 metros quadrados em alguns lotes que, existiam ali na Rio Grande do Sul e esses lotes ainda, não foram todos adquiridos pelos proprietários. A ação faz quase um ano e, ainda falta 1 ou 2 lotes pra serem regularizados; então devido a alguns entraves ainda existentes, gostaria que a gente aprovasse esse projeto, hoje. Porque estamos aqui, atendendo 100% justamente da regularização desses imóveis que, ali estão. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Robertinho Magalhães. - Vereador Robertinho Magalhães: Acho que realmente precisamos regulamentar essa área, uma área importante, nobre em nossa cidade, ali no Maria Luiza; mas acho que os valores nós tínhamos que ver com o Executivo a possibilidade de chegar num valor mais adequado; já que essas pessoas estão morando ali há muitos anos. Então peço adiamento desse projeto por 4 sessões, pra que a gente possa realmente fazer um estudo e possa viabilizar um valor mais acessível pra esses lotes. Obrigado. – Presidente: Feito o pedido de adiamento pelo vereador Robertinho Magalhães, coloco em discussão... – Vereador Cláudio Gaitero: A palavra ainda está com este vereador. – Presidente: É que quando é feito o pedido de adiamento, encerra-se a discussão. – Vereador Cláudio Gaitero: Ia justamente pedir o adiamento. Concordar com o nobre vereador Robertinho Magalhães e, pedir o adiamento por 2 sessões. Seria o suficiente pra nós podermos retornar a esse assunto. – Presidente: Foi feito o pedido de adiamento pelo vereador Robertinho Magalhães. Lembrando que neste meio tempo temos o recesso parlamentar, então o Robertinho Magalhães fez de 4 sessões. O vereador Cláudio Gaitero sugeriu ao vereador Robertinho Magalhães que pudesse mudar pra 2 sessões. O senhor muda pra 2 ou mantém o pedido pra 4 sessões? – Vereador Robertinho Magalhães: Com certeza ficamos com as 2 sessões. – Presidente: Então, em discussão, o pedido de adiamento por 2 sessões do Projeto de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

lei nº 54/2015. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: O senhor está pedindo agora, pra retirar? – Vereador Cláudio Gaitero: O senhor estava no Plenário? – Vereador João Paulo de Lima: Estava no Plenário, mas o senhor mesmo pediu pra ser votado imediatamente e não entendi porque quer retirar, agora. Só estou usando a palavra novamente, porque acho que é importantíssimo, inclusive por essas avaliações e gostaria de pedir ao líder do governo que pudesse novamente trazer esse projeto, mas que seja contemplado o que estamos solicitando, porque já foi pedido vistas e, hoje estamos pedindo adiamento. Não adianta só pedir adiamento e não vir corrigido, conforme foi solicitado na última sessão. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Sou pela regularização imediata desta situação. Só lamento o valor muito alto, gostaria até de fazer uma emenda, sugerindo que fosse feito um valor simbólico; uma vez que essas pessoas já usam esses terrenos e a única coisa que precisam é: regularização pra poder negociar, vender, construir e assim por diante, mas como isso não é possível, não sou contra o valor, não. Quem tem condições, paga e quem não tem, negocia. Pede isenção, parcela, mas acho que o município é solidário nesse sentido e sou a favor que a coisas se resolvam logo, por isso sou contra levar com a barriga mais um mês. Vou estar aqui nesta Câmara até amanhã, apenas e votaria pra que a coisa se resolvesse o quanto antes; porque sei o quanto é difícil você ter uma pendência, morar a muitos anos lá, num erro que não é seu e não se corrige. Se eu tivesse a caneta comigo pra decidir eu decidia, agora. Por isso voto contra a mudança de prazo. – Vereador João Paulo de Lima: Na verdade, pra que deixe ao senhor bem claro; ninguém aqui é contra a regularização, inclusive vai ser beneficiado várias famílias. Mas vamos colocar a legalidade dentro dessa Casa, não adianta acabar votando projetos pra depois sermos sustados pela legislação específica, por isso quero deixar claro que, temos que fazer na legalidade. Estou pedindo isso, pedi no dia que fizemos o pedido de vistas, não ocorreu. E agora novamente, infelizmente vamos ter que adiar um projeto importante do Executivo, mas que infelizmente não foi corrigido. Era o que tinha. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Senti uma satisfação muito grande, quando vi que o governo municipal tinha pedido a retirada do projeto. Imaginei que fosse esse projeto, depois eu, revisando, vi que não; que era outro projeto que simplesmente trata da expansão urbana que foi retirado, não foi esse projeto, mas gostaria que fosse retirado pra melhor análise esse projeto, o projeto nº 40. Apesar de que lamento terem tirado o projeto de expansão urbana, que isso foi aprovado pelo Concidades. Passou por todas as Comissões e me cheira mal a retirada desse projeto; portanto vou estar observando, porque isso aconteceu. Muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. - Vereador Cláudio Gaitero: O adiamento poderá ser feito, quem sabe, por uma Emenda por essa Casa, porque do Executivo com certeza não haverá modificação mesmo porque, conforme o vereador Rui Capelão falou. Passou por audiências públicas, pelo Concidades, houve toda tramitação legal desse projeto, então com certeza ou ele é aprovado nesta Casa ou nas próximas sessões, conforme o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pedido da emenda. Obrigado! – Presidente: Em votação, o pedido de adiamento formulado pelo vereador Robertinho Magalhães de 2 sessões para o projeto de lei nº 54/2015. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Registre-se o voto contrário do vereador Nei H. Haveroth e Luiz Amélio Burgarelli. Pedido de adiamento aprovado pelo restante dos senhores vereadores presentes. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 76/2015, que dispõe sobre alterações na Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Lei nº 5.307/2009 e suas alterações e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Estive analisando esse projeto e sabemos que algumas inovações tem havido no Poder Executivo inclusive, na Secretaria de Meio Ambiente. Semana passada, já passou um projeto por aqui, o qual foi aprovado por esse Plenário. O que estou estranhando neste projeto é que num momento tão difícil em que não estamos dando um aumento necessário a nossos servidores, estejam se criando novos cargos de chefia. Acho que não é momento de se criar novos cargos de chefia. É momento de se acumular funções. São cargos com valores altos e me representa que tem um impacto financeiro neste ano, entorno de 70.000 reais. Para os anos seguintes esse impacto financeiro é bem maior, chegando em 2016 a 185.000 reais. Portanto, não vejo, porque estamos criando cargos de chefia neste momento. É bastante complicado, porque estamos num momento que é de vacas magras como o Poder Executivo coloca. E, então deveríamos não estar criando cargos; estar acumulando cargos, isso sim seria correto. Não acredito que a criação desses cargos irá melhorar a função da nossa Secretaria de Meio Ambiente do Município. Lamentavelmente, é um projeto que num momento que dizem: de vacas magras, não sou favorável. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta. – Vereador Jaime Vasatta: É importante dizer que a Secretaria de Meio Ambiente hoje, está assumindo e criando o Instituto de Licenciamento o qual o IAP faz boa parte desse trabalho, está passando lá... É esse Instituto que vai ficar dentro do município de Cascavel; então é necessário o projeto prever alguns cargos nesse Instituto, pra que possa esse Instituto fazer seu trabalho de fiscalização e licenciamento ambiental, que tanto precisa na cidade de Cascavel. Nas outras Secretarias, não sei, mas na Secretaria de Meio Ambiente é necessário pra que possa fazer esse trabalho de fiscalização e liberação de licenciamento ambiental em Cascavel e, que a Secretaria de Meio Ambiente está assumindo, através desse Instituto. Obrigado. – Vereador Rui Capelão: Obrigado. Eu até concordo com sua colocação, mas não vejo oportuno neste momento, se for à criação desses cargos; porque acho que não temos condição boa, que ajude o Município a criar novos cargos com salários altos de gerente, de chefe de departamento. Teria que alguém assumir isso aí e, pegar de outra Secretaria, fazer remanejamento de pessoal, mas fazer de uma forma que não fosse oneroso pra o município, como está acontecendo neste projeto. Sou contrário ao projeto, por essa única razão. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: Conforme vereador Jaime Vasatta falou, gostaria de lembrar Vossa Excelência, Rui



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Capelão que as alterações que teve na Secretaria que votamos anteriormente aqui, foi da Secretaria de Agricultura e não da Secretaria de Meio Ambiente. Eu também, não quero colocar aqui, porque não sou Poder Executivo. E acho que também, não estou defendendo o Executivo, na questão de cargos. Poderia até momentaneamente de repente esses 3 cargos que, são colocados serem ocupados por outra pessoa; mas a partir do momento que se cria um departamento e o IAP é um órgão falido no Paraná, porque não atende mais a demanda. E esse licenciamento que a Secretaria de Meio Ambiente vai fazer, tem uma sustentabilidade, porque vai ter receita de licenças e outras coisas e vai ter entrada pra poder o Executivo pagar essas despesas. Acredito que também, vem ao encontro essa adequação da Secretaria de Meio Ambiente as demandas que temos no município e que está tendo prejuízo pra nossa sociedade. A sociedade está tendo prejuízo pela ineficiência e inoperância do IAP, que há muitos anos o governo não faz concurso, não tem pessoal pra fazer e o município foi através de uma lei estadual, repassado parte do licenciamento a nível municipal. Pra se adequar a essas alterações tanto da necessidade que temos no município, que a partir do momento que se cria um órgão, você tem que criar toda estrutura do serviço que a Secretaria vai assumir e tem que ser pessoas qualificadas pra fazer toda essa demanda. (-Um aparte) Pois não! – Vereador João Paulo de Lima: Só gostaria de contribuir dizendo o seguinte: se vai aumentar o número de funcionários que também, a Secretaria de Meio Ambiente possa trabalhar não igual ao IAP que, muitas vezes, você vai procurar o diretor do IAP e não está aqui, parece que mora em Curitiba; então não sei se fica em Curitiba ou fica em Cascavel. Então quero ressaltar a importância que seja o município de Cascavel, mas de outra forma também, que possam ser providenciadas as fiscalizações. Porque quantos ofícios já foram pedidos não agora em 2015, mas em 2014, 2013 oficiei várias fiscalizações em lixões da cidade, têm pessoas que não conseguem nem almoçar ao meio dia porque não aguentam o mau cheiro que causa nas casas. E de empresas que não estão utilizando o filtro, onde gera fumaça e você fala e parece que não tem ouvidos a Secretaria. Neste sentido, como Vossa Excelência disse que será implantado em Cascavel, através da Secretaria de Meio Ambiente que sabemos que ela agora com mais 4 funcionários, quem sabe resolve essa dificuldade que os cascavelenses sentem na pele todos os dias. Obrigado. - Vereador Nei H. Haveroth: Criar lei e estrutura pra que esses funcionários ocupem essas funções, não quer dizer que ele é obrigado a contratar essas pessoas, neste momento. O IAP tem 2 requerimentos desse vereador, que foi feito em 2013 e até hoje não veio resposta. Pra marcar uma reunião no IAP, você tem que primeiro falar qual assunto você quer falar, senão não agenda. E nunca está também. Você vai pessoalmente lá e não encontra. Isso vai facilitar pra que o município tenha mais próximo a fiscalização e mais fácil pra nós, enquanto vereadores fiscalizar também a atuação da Secretaria; porque o IAP está muito distante da legislatura municipal. Não temos importância perante o IAP, embora sabemos que tem requerimento posterior ao meu, que não foi respondido pelo IAP. Vou fazer um novo requerimento, solicitando a resposta, caso contrário, encaminharei aos devidos caminhos judiciais pra sejam



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tomadas providências; porque acho que é falta de respeito por essa Casa não responder um requerimento por ser um órgão do Estado. Mas tenho certeza pelo que acompanhei que esse projeto aqui, como foi o pra Secretaria de Agricultura será muito benéfico pra o interesse coletivo de Cascavel, da população; por isso quero manifestar que serei favorável a esse projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Quero fazer minhas as palavras do Nei H. Haveroth. Quero saudar o Marcon que é um especialista trabalhando na sua área e acredito que, o que ele está fazendo, está montando um organograma e organizando as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e dando as atribuições às pessoas certas. Não adianta um especialista em linha de transmissão, de repente acumular o cargo. O senhor pode acumular, mas sem a função designada, assinando como um especialista em expansão ou outra área, digamos assim. Acredito que o fato de acumular nada impede, e o fato de criar cargos não quer dizer que mais gente vai ser contratada; algum servidor do próprio município poderá ser promovido a esse cargo comissionado e seria um prêmio. Acho que é produtivo e salutar, você dar o seu ritmo, sua visão e imprimir sua maneira de trabalhar no organograma do município. É uma das áreas importantes do município, um dos tripés que considero: meio ambiente, educação e saúde. Desejo a aprovação desse plano e que seja esses cargos ocupados por pessoas competentes, que a coisa deslanche ainda mais. Não tenho tanta queixa do meio ambiente, assim. Acho que temos outras deficiências, outras pastas no município, que às vezes deixam a desejar. Acho que o meio ambiente ainda, não é tão criticado. É elogiado por este vereador. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Na verdade, não sou contrário com o cargo, com o melhor planejamento da Secretaria de Meio Ambiente. Acho que o momento não é de investir em novas funções, principalmente de chefia. Essa é a questão e, por isso questiono: não é hora de investir. Temos o orçamento, fazemos o planejamento, porque vamos investir em alguma coisa que não temos fundo monetário atualmente, pra ser investido. Essa é a questão que tenho que questionar. Acho é salutar tratarmos desse assunto, neste momento. (-Um aparte) – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Pois não. – Vereador Professor Paulino: Na verdade recurso tem, temos sim; vai de destinar pras dificuldades. Entendo vereador Luiz Amélio Burgarelli, você que é um homem da saúde, meio ambiente é vida. Quando tratamos bem do meio ambiente estamos tratando bem de nossa vida. Entendo como uma necessidade que a Secretaria de Meio Ambiente seja bem aparelhada e que ela de fato, cumpra a função que é cuidar das nossas vidas, do nosso meio ambiente. Se temos a estrutura, podemos cobrar e vamos cobrar desses funcionários, aquilo que nós demos. Se nós não tivermos condições, obviamente que não temos que cobrar, então não vejo com bom grado dizer: estamos estruturando a Secretaria. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Quando chegou esse projeto de lei, imediatamente fui conversar com o secretário da pasta. Atencioso, está sempre à disposição de toda sociedade que é o secretário Marcon. Imediatamente, o secretário Marcon... perguntei a ele: está acrescentando,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

criando cargos? Ele falou: não. Estamos aproveitando as pessoas que estão aqui dentro pra elevar até essa função, porque há necessário justamente na exigência do anteprojeto nº 6, de 15/10/2014, onde fala assim: o município assumindo essa função do órgão licenciador, fazendo papel então do IAP, obedece à legislação ambiental vigente, trazendo assim mais celeridade aos processos protocolados pelos empreendedores que querem investir em nossa cidade; fazendo com que os setores que necessitam de licenças ou autorização ambientais tenham uma resposta rápida a suas solicitações, garantindo assim a fluidez da nossa economia e gerando mais emprego e renda; porque vai ser feito então, um licenciamento mais rápido, como falava o vereador Luiz Amélio Burgarelli e Rui Capelão será usado o organograma da própria Secretaria, levando então essas pessoas a esses cargos, pra poder fazer esse tipo de trabalho. – Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 76/2015 que dispõe sobre alterações na Secretaria Municipal de Meio Ambiente -Lei nº 5.307/2009 e suas alterações e dá outras providências. – Vereador Rui Capelão: Questão de ordem, só gostaria de dizer que, o projeto veio sem justificativa. – Presidente: Anotado. Proceda votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Pedro Martendal, Ganso Sem Limite, Cláudio Gaitero, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli e Professor Paulino). (Foram contrários os vereadores: Jorge Menegatti e Rui Capelão) – Secretário: Com 13 votos favoráveis e 2 contrários, Projeto de lei nº 76/2015 aprovado em primeira votação, senhor presidente. – Presidente: Obrigado. Passamos pra primeira discussão e votação do Projeto de lei nº 79/2015. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Estou virado num gaúcho e depois da nossa homenagem ao Teixeira, já estou comprando as peças. Fui procurado por 2 presidentes de CTG, no sentido de que no dia que morreu aquele cantor, aquela fatalidade daquele jovem que deu tanta polêmica, passou batido a morte de um grande brasileiro... é esse projeto, né? – Presidente: Estamos votando o Projeto de lei nº 79/2015. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. - Vereador Jorge Menegatti: Luiz Amélio Burgarelli, faz parte da vida. Nós temos uma emenda do projeto nº 79, pra ser votada amanhã e, que retira o aumento aos agentes públicos. Hoje, votarei favorável diante da emenda que terá pra amanhã, por isso estou justificando meu voto favorável, aqui. Também pedindo já, voto favorável à emenda que será protocolada por mim, vereador Luiz Amélio Burgarelli, Rui Capelão e outros vereadores. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: Vou na mesma linha do vereador Jorge Menegatti. E entendemos que em virtude... se tivéssemos aprovado os 6% para os funcionários não parcelado, se tivesse sido a proposta de 8,17% também, para os professores sem o abono; votaria favorável que nós também... neste sentido me preocupa muito, me sinto prejudicado e por isso neste momento voto favorável para os funcionários da Casa. E enquanto vereador, eu assino a emenda rejeitando a reposição para os vereadores, neste momento. Obrigado. - Vereador Jorge Menegatti: Então pra justificar, as emendas são votadas sempre na



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

terça-feira e não na segunda, então discutiremos o projeto amanhã, no seu devido tempo e junto com a emenda de alguns vereadores. Só pra esclarecimento. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Vejo aqui, uma boa iniciativa e até consensual da mesa da Câmara de trazer esse projeto de uma forma isonômica, pra que no futuro não tenhamos algumas discordâncias da população e aumentos exagerados. Aumento dos vereadores não tinham acontecido nos anos anteriores; mas enxergo que quando foi feita essa previsão orçamentária para os vereadores foi feita pra os 4 anos, portanto entendo que estaria se repondo em cima de uma reposição já dada, o aumento para os senhor vereadores. Portanto, acharia que poderíamos seguir esse caminho a partir de 2016, quando houver a nova gestão e que em 2015 não houvesse aumento, e essa sequência do funcionalismo público. Esse é meu entendimento, por isso não sou favorável neste momento que se dê essa ajuda aos vereadores. Acho até uma questão merecida, mas acho até uma questão de ética no momento, nós estarmos concedendo isso; porque devido à revisão lá atrás prevista, já em orçamento pra os legisladores. Essa é minha posição. Dizer que no momento não sou favorável por tais colocações. Obrigado. – Presidente: Em votação, só pra justificar como presidente dessa Casa e é meu desejo enquanto aqui estiver presidindo, que os senhores vereadores de Cascavel tenham sempre o mesmo reajuste dos servidores públicos de Cascavel e não mais como aconteceu antigamente, com reajuste de 40 a 50%. Então dado 6% aos servidores, 6% também a todos os agentes políticos. Em votação o Projeto de lei nº 79/2015; proceda votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Pedro Martendal, Ganso Sem Limite, Cláudio Gaiteiro, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli e Professor Paulino). (Foi contrário, o vereador: Rui Capelão) – Secretário: Com 14 votos favoráveis e 1 contrário, o Projeto de lei nº 79/2015 aprovado em primeira votação, senhor presidente. – Presidente: Com 14 votos favoráveis e 1 contrários, Projeto de lei nº 79/2015 aprovado em primeira votação. Passamos pra primeira discussão e votação do Projeto de lei nº 80/2015, que denomina próprio público municipal com o nome de Antonio Augusto da Silva Fagundes, de autoria do vereador Luiz Amélio Burgarelli. Em discussão o projeto. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Está no site da Câmara, todos os colegas têm quem foi Nico Fagundes, uma pessoa culturalmente completa. Por estar no Rio Grande do Sul provavelmente foi por isso que fui procurado pra talvez numa rua, num bem público, ele seja lembrado como um grande brasileiro. O currículo está aí, devido ao adiantado da hora, desnecessário seria defender o projeto. Peço voto favorável. – Presidente: Em votação; os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem, Projeto de lei nº 80/2015 aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos a ata da 45ª sessão ordinária, realizada dia 06-07-2015; em discussão a ata. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; ata aprovada pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Finda está à matéria da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público, sendo a primeira inscrição do vereador João Paulo de Lima. Temos ainda, a inscrição dos vereadores: Luiz Amélio Burgarelli, Jorge Menegatti, Cláudio Gaiteiro, Nei H. Haveroth e Professor Paulino. Com a palavra vereador Cláudio Gaiteiro e na sequência, vereador João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Nei H. Haveroth, Professor Paulino e Luiz Amélio Burgarelli. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Vou me pronunciar amanhã. – Presidente: Então, com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: O que me traz a essa tribuna é pra relatar a viagem que fiz, juntamente com o vereador Nei H. Haveroth e Celso Dal Molin, na cidade de Umuarama, na quinta-feira, representando a Frente Parlamentar, pra podermos aprimorar alguns trabalhos que acontecem pela Secretaria de Saúde aqui, na cidade de Cascavel. Estivemos num Consórcio chamado Cisa, que é o mesmo situado na cidade de Cascavel chamado Cisop. Com certeza poderemos incrementar algumas informações necessárias, pra que a CPI que foi criada nesta Casa, a CPI do Cisop, que tem como presidente o vereador Romulo Quintino, relator Jorge Bocasanta e também, membro vereador Jaime Vasatta, pra que possamos assim caminhar da melhor forma possível; como se funciona o sistema Cisa que é um consórcio de saúde de Umuarama, onde atende 20 municípios. O Cisop de Cascavel atende 25 e o Cisa 20 município. Pudemos naquele dia, juntamente com os vereadores aqui citados, acompanhar o dia a dia como funciona o Cisa e, vimos que pela manhã, as pessoas que chegam dos municípios, até mesmo as pessoas que vêm daquele município são contempladas; inclusive com café da manhã, todos os dias. Não entendo como aqui em Cascavel, não é da mesma forma. A pessoa sai 4 horas da manhã da sua localidade, esse é um dos fatos. O outro fato que me chamou atenção é que as consultas com especialidade, exames não demoram do jeito que demora nesta cidade, quase 45.000 pessoas aguardando por especialista. Lá não existe isso; não estou falando que lá é magnífico e que as coisas estão funcionando da melhor forma possível, mas em vista o que se diz na cidade de Cascavel, com certeza. Outro detalhe, muitas vezes o Cisop faz a consulta, o exame e não termina o tratamento no município de Cascavel, onde as pessoas de Cascavel começam a perambular: é do posto pra o Cisop, do Cisop pra o posto, do Cisop pras Upa's e acaba tumultuando e não resolvendo o problema. Lá, além de ajustarem esse consentimento acabam também, fazendo as cirurgias eletivas pra não deixar o sofrimento da população como acontece aqui, em Cascavel. Há um mau gerenciamento dos serviços prestados aqui, que deixam tudo isso acontecer. Falo isso, porque o prefeito já emperrou aqui a Comissão, falando que a Comissão não tem voz ativa, mas tem, sim. E essa CPI com certeza, aqui dando autonomia a ela dizendo que com certeza vocês terão muito aval, pra chegar em determinado assunto, que é a gestão do dinheiro público. Falo assim porque se em Cascavel é pago R\$ 1,10, pra que esse consórcio funcione; lá também é pago R\$ 1,10, por habitante, mas em contrapartida os municípios também, assumem seu papel. Aqui também, está na hora do município de Cascavel assumir seu papel, se for preciso dividir a taxa do Governo do Estado com o Governo Municipal, tem que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

acontecer. O que não suporto é ver pessoas como vi na Upa, no sábado à tarde, naquele frio, pessoas precisando ser transferidas e não são porque o sistema não funciona. Outro detalhe que não chega até a imprensa, 3 pessoas morreram esse final de semana na Upa de Cascavel, numa Upa só; era pra morrer, não tem jeito de salvar, mas pelo menos dar o tratamento digno ou opere essa pessoa pra que não fique perambulando, levantando de madrugada e aí pega e vai até um posto de saúde e o posto fica fazendo esse remanejamento pra lá e pra cá, desse cidadão. Então, vereador Romulo Quintino, o senhor como presidente da CPI do Cisop, juntamente com o vereador Jaime Vasatta; se o prefeito não quer dar a prestação de contas lá não somos nada. E está aqui, a prestação de contas do Cisa, a auditoria que foi feita lá, eles entregaram pra nós e vou entregar nas mãos dos senhores, pra que possam fazer um bom trabalho e até pra que possa ser comparado. Aqui, em Cascavel os médicos opinam por não fazer a cirurgia, porque ganham pouco. O que também, dá pra aprimorar neste sistema é fazer incentivo pra cirurgias. Lá, os municípios bancam, incentivam as cirurgias. Aqui, existe uma certa desculpa: mas isso é do Governo do Estado, ou seja, racha a fatura e resolve o problema, porque enquanto não se resolve as pessoas estão nas Upa's gastando o dinheiro, que podia ser investido no sistema de saúde. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Contribuindo com o vereador João Paulo de Lima, estivemos lá também e até passando pra o presidente da CPI, o vereador Romulo Quintino, dizer que lá funciona e funciona bem; então com certeza alguma coisa em Cascavel está errada, isso é certo. Porque a maneira que trabalham lá, a clareza que demonstram dando documento pra nós que chegamos lá, como o vereador João Paulo de Lima falou, apresentando documentação. É algo interessante o estatuto do Cisa e, tem experiência na área e aqui não acontece isso. Aqui é contratado todo mundo, sem experiência. Um ponto essencial pra examinar também, e talvez a solução seria; não sei se é possível, fazer o consórcio de Cascavel e dos outros municípios, pra que haja uma diferença e pra que possam cuidar mais. O que está acontecendo em Cascavel? Conhecendo como funciona em Umuarama, podemos ver com certeza, que está errado o que está acontecendo em Cascavel. Tem que se descobrir, tem que consertar, porque o povo não merece pagar esse preço pela saúde. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador João Paulo de Lima: Rapidamente. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Lamento, há alguns anos eram os secretários de saúde que eram os gestores, lógico que, fazendo parte do município; hoje são os prefeitos. Uma das coisas é o peso de cada município na hora da votação. No mínimo o estatuto está errado, respeito todos os municípios de 3.000, 5.000 não fui eu que criei o município; mas o voto é paritário. Acho que a decisão de Casa não pode ser 100% absoluta, mas tem que ser respeitado o peso das maiores cidades como: Capitão e Cascavel, neste sentido. - Vereador João Paulo de Lima: Aqui está o estatuto e pra um município igual Cascavel, que gasta 340.000 dividindo R\$ 1,10 é um absurdo o que está sendo gastado no Cisop pra não ser atendido. E outro detalhe: se temos R\$ 340.000,00 que o município repassa ao Cisop e mais R\$ 280.000,00 de contrapartida do Governo Federal, se ratear isso aí, chega a quase R\$ 500.000,00. (-Um aparte) Pois



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

não. – Vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: De fato é o que falava com o vereador Luiz Amélio Burgarelli. Nós tivemos estranhamente um repasse do Cisop pra manutenção do Sim Paraná, que é uma obrigação do Governo do Paraná e nosso secretário Reginaldo, na reunião da assembleia dos municípios se posicionou contrário. Cascavel não aceitava esse repasse. Porém mesmo sendo 57% da receita do Cisop Cascavel tem apenas um voto isolado e acaba ficando desprestigiado no âmbito total. São coisas que estamos apontando, vamos descobrir e obrigado pela cooperação, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Na verdade sabemos o que está acontecendo, infelizmente Cascavel está bancando os outros 24 municípios. Não é que eu não gostaria que as pessoas dos outros municípios viessem a Cascavel, mas que os prefeitos também, metam a mão no bolso; porque Cascavel não pode ficar cuidando também dos municípios vizinhos. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Jorge. - Vereador Jorge Menegatti: Só pra colocar uma questão, rapidamente, a questão da Cascavel Digital. Um programa que deveria ter funcionado, mas infelizmente no papel funcionou, mas na prática ninguém conseguia acessar. Semana passada o prefeito não renovou o contrato, acabando com o Cascavel Digital. Começamos um trabalho e pra lembrar em 2013, onde gerou um relatório que foi entregue ao presidente anterior nesta Casa, pra que tomasse as devidas providências. Mas em seguida nós, vendo que o sistema realmente não funcionava, protocolamos no Ministério Público no dia 02-04-2014 esse relatório, onde foi aberto o processo pra averiguação. Então só quero registrar aqui, que a Cascavel Digital podia funcionar com o valor que era pago, mas não teve boa vontade da empresa ou da prefeitura, pra que isso funcionasse. Lutamos pra que ela fosse melhorada, não foi. Pelo menos o município parou de gastar 63.000 reais por mês. Minha preocupação, agora é saber o que as pessoas que compraram aquelas antenas vão fazer com aquelas antenas: serão ressarcidos por alguém ou cada um arcará com seu prejuízo? O que farão com os funcionários que estavam alocados nesse departamento da prefeitura? Serão realocados ou exonerados? Esse requerimento, estou protocolando daqui a alguns minutos na Casa, pra saber: então, gostaria que quando fossem fazer uma coisa no município de Cascavel, pensassem mais; porque 512 kbps não funciona internet. Isso é público e todo mundo sabe, nem precisa ser técnico pra saber. Hoje as pessoas com 10, 15 megas em suas casas e é complicado; imagina você com 512 k pra dividir pra população em cada antena, que atingiria um raio de até 4 km. É impossível funcionar então, que não se faça projetos e programas que sabe que não vai funcionar; jogando e rasgando dinheiro público. Só pra deixar registrado nesta Casa. Era o que tinha pra hoje. Obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: Peço autorização que usarei um pouco do meu tempo e queria falar aqui da mesa, mesmo. – Presidente: Concedida. - Vereador Nei H. Haveroth: Somente pra reforçar o que o vereador João Paulo de Lima colocou aqui, juntamente com o vereador Celso Dal Molin. Fomos até Umuarama, mas quero também, agradecer a presença aqui e saudar nosso companheiro do bairro, nosso amigo João, que está presente aqui, na sessão; e que venha mais vezes acompanhar essa Casa. Só pra



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

contribuir, nessa ida pra Umuarama ficou bem claro que o Consórcio aqui de Cascavel, o Cisop tem um modelo de gestão que não está atendendo a demanda e a necessidade da população. Então algo está errado e ele tem que estar aberto a mudanças, se está errado. O que vimos lá no Cisa é que existe uma separação entre os investimentos pra área operacional e aquilo que é de aplicação na resolutividade do problema da saúde das pessoas; que aqui o Cisop só está fazendo consulta e exames e isso não basta muitas vezes pra resolver o problema que a população tem. E o município ficar 20, 30 dias com pessoas internadas na Upa sem resolutividade também, porque nós faltamos essa continuidade. Precisamos sugerir ao Cisop que esteja aberto, e como diz nosso amigo vereador Romulo Quintino, que tem que ter humildade quando a coisa não está funcionando de repensar o modelo e rever a formatação: o peso de cada município na proporcionalidade, nas decisões. Isso é importante também, mas é importante saber que tem algumas cidades que funcionam. Se lá também, havia problema no passado e mudaram o modelo de gestão; então é preciso que aqui também, mude o modelo de aplicação das ações que está sendo feito pra que atenda a demanda da nossa população; porque saúde não é brinquedo, não se brinca com saúde, porque vale uma vida. E a vida das pessoas, elas estando saudáveis elas podem estar trabalhando, produzindo e estar bem no seu relacionamento familiar. Também apenas pra reforçar aqui, o meu voto. Existia sim, a mensagem de justificativa do projeto anterior que, Vossa Excelência, Rui Capelão não está presente, mas que é importante nós não acusarmos ou levantarmos as coisas que são indevidas. Se está constando no projeto e a pessoa não reconheceu, o vereador tenha pelo menos a humildade de reconhecer que estava errado, ainda em Plenário. Não saia e deixe a acusação, mas que tem sim a mensagem de lei no projeto. A justificativa do projeto que veio encaminhado sobre a questão da Secretaria de Meio Ambiente. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Sobre a questão do Consórcio, estivemos fazendo uma visita lá. Entendo que a administração do Cisop ou qualquer outro Consórcio neste sentido, na área de saúde não pode ser feito por prefeitos e nem com médicos pela proximidade que tem com os profissionais em relação ao consórcio; porque muitas vezes o que está acontecendo lá na verdade é que os funcionários efetivos, lá estão sendo afastados e estão colocando pessoas que não entendem. Aí já é um problema sério dentro do Consórcio. Tem que colocar pessoas qualificadas que entendem da área de saúde. É por aí o caminho que deve ser colocado dentro do Consórcio. - Vereador Nei H. Haveroth: Concordo plenamente com seu pensamento, porque lá no Cisa, o coordenador geral, o braço forte da presidência, existe a assembleia geral que é o Conselho Geral dos Municípios e, esse coordenador é uma pessoa preparada em gestão da saúde pública. Talvez, é o diferencial que temos na nossa região que precisamos mudar. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Dizer ao vereador Jaime Vasatta que às vezes depende do prefeito. Não estamos enaltecendo o consórcio que é o melhor do mundo, mas lá são 20 prefeitos e também está funcionando. A única diferença que existe e que podemos deixar bem claro é que pelo menos também, nessa eleição que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

compõe o consórcio dos 20 prefeitos, já é eleito uma pessoa direcionada com competência igual o senhor Jorge, que é diretor geral. Porque colocar um diretor que só faz benesses do prefeito fica difícil. Obrigado. (-Um aparte) - Vereador Nei H. Haveroth: Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Realmente, e o Nei H. Haveroth colocou muito bem. Lá no Cisa são funcionários que trabalham na área há algum tempo e algo que é interessante. O que leva uma pessoa, a ser presidente do Cisop? Não ganha nada, tem de se dedicar ao trabalho, sair do seu município, vir aqui e trabalhar, porque se não está dando certo se está levando um monte de críticas e vai levar processo também, como já tem alguns abertos. Esta pergunta fiz lá e a pessoa me respondeu que: por amor e pra que a coisa acontecesse e a população fosse atendida. E lá deu certo. Aqui o quê está acontecendo? Por quê? Onde está a vantagem de ser presidente do Cisop? Obrigado. – Vereador Romulo Quintino: Concordar com o vereador Celso Dal Molin, de fato é uma vida entregue pra o bem da saúde da região oeste do Paraná e discordar do meu companheiro Jaime Vasatta. Se colocarmos hoje pessoas técnicas lá, Jaime Vasatta, do concurso do ano passado, a comadre do atual presidente passou em primeiro lugar no concurso, coincidência, um preparo diferenciado. Então não sei se hoje mudaria muita coisa e tirar o presidente Tirelli da presidência e colocar a comadre dele presidente que, passou em primeiro lugar, temos que cumprimentá-la deixar os méritos e reconhecer que foi uma prova muito difícil, é apenas uma coincidência. São coisas que vamos vivendo, enquanto isso nosso povo está sofrendo. As pessoas estão na fila, estão morrendo, mas isso precisa acabar. Obrigado. - Vereador Nei H. Haveroth: Então apenas registrando aqui que foi válida essa ida pra Umuarama, que as experiências... é importante conhecer outras regiões e segmentos que funcionam. E aquilo que está dando certo em outros lugares seria bom que se adotasse aqui e, aquilo que não... que lógico, não vamos dizer que é tudo errado, mas tem aquilo que está precisando ser recomposto e repensado precisamos colocar em prática. Era o que tinha. – Presidente: Última inscrição é do Dr. Luiz Amélio Burgarelli. Antes do Luiz Amélio Burgarelli encerrar a sessão, como temos a ausência do vereador Vanderlei Augusto da Silva e do vereador Aldonir Cabral, que também já comunicou sua ausência na sessão de amanhã, eu, conforme o artigo 36 do Regimento Interno há obviamente o impedimento desses senhores vereadores de dar parecer na Comissão de Justiça, pra sessão de amanhã. Então, estou designando neste momento o vereador Nei H. Haveroth e Robertinho Magalhães pra que componham a Comissão de Justiça no dia de hoje, pra que sejam definidos os pareceres das emendas. Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. E comunico aos senhores vereadores a obrigatoriedade regimental de aceitar a determinação. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: No dia 16/07, O Jornal Hoje, na sua página 6 trouxe o artigo sobre: serviço odontológico é cancelado pela Prefeitura Municipal e fomos procurados pela Suzan, pela Élen que trabalham na Unipar. Queria lamenta, a gente tentou se inteirar sobre a base dessa suspensão, desse serviço e acredito que é uma parte administrativa, mas na gestão passada quando fui com muito orgulho vereador desta Casa, apresentamos um projeto sobre pronto socorro odontológico, onde nos fins



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

de semana e feriados, tínhamos um dentista prestando esse serviço ambulatorial na Upa e até hoje não foi implantado. Falta de odontólogos não é, falta de profissionais concursados na prefeitura também, não é. E nós sabemos que saúde bucal também, é qualidade de vida, a saúde bucal é essencial e o que leva as pessoas, às vezes ao serviço odontológico é apenas dor. Os cuidados outros são renegados a segundo plano, principalmente em momentos mais difíceis. Se não tem dor vai levando e vê onde vai parar. Queria ressaltar a qualidade do serviço prestado pela escola da ABO, que presta serviço gratuito, pela escola da Unioeste no seu ambulatório, que presta um serviço brilhante. E lamentar porque sabemos que quando é público, às vezes a morosidade na prestação do serviço é maior, como existe na Unioeste; porque tem todo um trâmite. A Unipar tinha um pouco mais de agilidade e tinha um grande número de atendimentos, a coisa funcionava muito bem. Lamento essa decisão e gostaria que isso fosse revisto pelos órgãos competentes, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Poder Público Municipal. Fica aqui meu apelo, meu protesto e antes de tudo, a indignação por um serviço que estava indo bem e por razões que não vêm ao mote discutir agora, está sendo cancelado. Apelo às pessoas de bom senso e às pessoas que prestam esse serviço com muita qualidade, pra que cheguem a um acordo e esse serviço seja reativado; não piorando ainda mais o que, às vezes, já não estava tão bom. Era o que tinha. Um bom dia a todos. – Presidente: Vamos ouvir agora o líder do PT vereador Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Obrigado, mas em virtude do tempo também e da importância do tema, eu deixo pra amanhã. Já fico inscrito pra amanhã. - Presidente: Obrigado! Vossa Excelência já fica inscrita pra amanhã. Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e trinta e dois minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivaniisa Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário